

## MPF quer trocar nome de batalhão que celebra golpe

Procuradoria ajuizou ação para que União altere denominação da Brigada 31 de Março, em Juiz de Fora, de onde saíram as tropas para depor o presidente João Goulart. Também há pedido para a exclusão da expressão 'revolução democrática' em referência ao episódio

LUIS FELIPE AZEVEDO  
luis.azevedo@globo.com.br

O Ministério Público Federal (MPF) em Minas Gerais ajuizou uma ação civil pública anteontem para que a União seja condenada a alterar o nome da 4ª Brigada de Infantaria Leve de Montanha, localizada em Juiz de Fora.

O quartel do Exército é hoje denominado como Brigada 31 de Março — referência à data em que tropas saíram da cidade para depor o presidente João Goulart, o jango, e instaurar o golpe militar de 1964. A infantaria justifica que o batalhão desempenhou "papel decisivo e corajoso na Revolução Democrática".

Entre os principais pedidos do MPF estão a revogação dos atos de homenagem à data, bem como a anulação da denominação de sites e documentos oficiais. Além da remoção, das dependências do Exército, de um monumento onde está inscrita. O prazo fixado é de até 30 dias.

O MPF pede ainda que a União seja condenada a excluir a expressão "Revolução democrática", ou outras que exaltem o golpe militar, para se referir ao histórico de atuação da brigada.

O inquérito civil foi instaurado após a informação da existência de um letreiro

em homenagem ao 31 de março na antiga sede da 4ª Região Militar ter sido revelada pelo jornal "Folha de São Paulo" no dia 23 de março. A peça está a brigada no local de onde partiram as tropas do general Olympio Mourão Filho, então chefe da unidade.

Nodomingo, quando o completou 60 anos, o Comando do Exército informou o intuito de manter a reverência à data, evitando rotular o evento como golpe militar. Em comunicado, afirmou também que "os acontecimentos representam um fato histórico de 60 anos atrás".

### "AFRONTA À CONSTITUIÇÃO"

No entanto, o MPF afirma que o que de fato "ocorreu no dia 31 de março de 1964 foi que, a partir de Juiz de Fora, as tropas do Exército precipitaram um golpe de Estado que, em afronta à Constituição de 1946, tomou o poder pela força, pondo fim ao Estado de Direito vigente".

A ação também sustenta que a homenagem é irregular. O MPF aponta a existência de um ato normativo do Ministério da Defesa que proíbe a aprovação de nomes de personalidades vivas ou ações, locais, datas e tradições controversas, o que



Polêmica. Placa em homenagem ao 31 de Março na 4ª Brigada de Infantaria Leve de Montanha, em Juiz de Fora (MG).

### Reparações do governo a vítimas da ditadura

> **Povos indígenas.** A Comissão de Anistia do Ministério dos Direitos Humanos formalizou esta semana uma reparação coletiva do Estado brasileiro aos povos indígenas Krenak, de Minas Gerais, e Guayrarokú, de Mato Grosso do Sul, por perseguição, prisões e torturas durante o regime militar.

> **Rubens Paiva.** O Conselho Nacional dos Direitos Humanos, também vinculado ao ministério, reabriu, em âmbito interno, o processo referente

ao assassinato do ex-deputado, sequestrado e torturado durante o governo Médici. Rubens Paiva foi dado como desaparecido em 1971 e teve sua morte confirmada décadas depois.

> **Clarice Herzog.** A Comissão de Anistia também pediu desculpas em nome do Estado brasileiro à publicitária, perseguida pelos militares por pedir esclarecimentos sobre o assassinato de seu marido, o jornalista Vladimir Herzog.

"desautoriza a designação de 'Brigada 31 de Março' conferida para a 4ª Brigada em Juiz de Fora".

Procurado pelo GLOBO, o Comando do Exército afirmou que a Força "não se manifesta sobre processos em curso, conduzidos por outros órgãos pois esse é o procedimento que tem pautado a relação de respeito com as demais instituições da República".

Antes do dia 31 de março, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva determinou que o governo não promovesse manifestações em memória dos 60 anos do golpe militar. O objetivo era evitar que a da

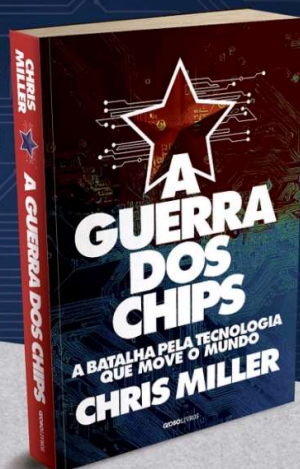
ta fosse usada para "conflagrar o ambiente político do país". Por outro lado, o comando das Forças Armadas também se comprometeu a não celebrar a data nos quartéis. No entanto, oito dos 38 ministros ignoraram a orientação do presidente.

### REAÇÃO NA ESPLANADA

Ministro dos Direitos Humanos, para que ficaria incumbida de organizar atos pela memória da ditadura, Silvío Almeida fez um longo texto sobre a data.

"Por que ditadura nunca mais? Porque queremos um país social e economicamente desenvolvido, e não um 'Brasil interrompido'. (...) Porque queremos um país institucional e culturalmente democrático. Porque queremos um país em que a verdade e a justiça prevaleçam sobre a mentira e a violência. Porque queremos um país livre da tortura e do autoritarismo. Porque queremos um país sem milícias e grupos de extermínio", escreveu.

Os demais foram Camilo Santana, (Educação), Paulo Pimenta (Secretaria de Comunicação Social), Paulo Teixeira (Desenvolvimento Agrário), Cida Gonçalves (Mulheres), Sonia Guajajara (Povos Indígenas), Jorge Messias (AGU) e Anielle Franco (Igualdade Racial).



## O PODER GLOBAL DOS CHIPS

Neste envolvente livro de não-ficção, o historiador econômico Chris Miller narra a ascensão da indústria dos chips e suas enormes implicações geopolíticas. O autor explica o cenário complexo da disputa atual entre Estados Unidos e China pelo controle desta que se tornou a tecnologia mais importante do mundo industrializado.

DISPONÍVEL NAS LOJAS ON-LINE, LIVRARIAS E EM E-BOOK

GLOBOLIVROS